

UM PÉSSIMO ORÇAMENTO

por Mário Soares

1. O Orçamento para 2013 foi aprovado e enviado ao Presidente da República, pelos Partidos da Coligação. Mas ninguém o elogiou, à excepção do ministro das Finanças, Victor Gaspar e dos seus Secretários de Estado, que nele trabalharam. Pelo contrário. Os próprios deputados que o votaram, do PSD - a minoria governamental - e do CDS/PP que dele disseram o pior possível, para agradar ao seu eleitorado, mas votaram a favor, invocando "o interesse nacional". Ou seja, às ordens da Troika e dos mercados usurários, que nos estão a levar ao empobrecimento, ao desemprego e à miséria e os mais qualificados (sem emprego) resolvem emigrar, como o Governo os aconselhou.

Paulo Portas, que votou o Orçamento, invocando "o interesse nacional", avisou agora Passos Coelho que "terá de ouvir mais o CDS" (o PP está a desaparecer aos poucos) e menos Victor Gaspar, relativamente ao Orçamento de Estado para 2014. Passos Coelho, deve-se ter rido muito, com tal advertência. Nessa altura, se houvesse ainda Governo - e, seguramente, não haverá - Portas invocaria de novo "o interesse nacional" e voltaria a ficar no Governo, porque está a ser pressionado (ou ameaçado) para tanto.

Salazar disse um dia, julgo que em 1945, logo a seguir ao fim da guerra, que "não é possível governar contra a vontade persistente do Povo". E, por isso, realizou em 1945 "eleições tão livres como na livre Inglaterra". Começaram então as farsas eleitorais, que duraram cerca de trinta e tal anos...

A ditadura acabou com o 25 de Abril de 1974.

Estamos agora, ainda, em democracia e por isso não vai ser nada fácil "governar contra a vontade persistente do Povo", que quase todos os dias vem para a rua, com crescente agressividade, manifestar-se contra o actual Governo. Paulo Portas equivoca-se quando, para continuar no poder, invoca "o interesse nacional". Para o Povo, em sentido lato, sejam pobres, ou da classe média, até alguns banqueiros, "o interesse nacional" consiste, pelo contrário, na queda do Governo para que mudem as políticas: menos austeridade - como toda a Europa começa a pedir - e mais desenvolvimento económico e muito mais emprego, por ser a única forma de vencer a crise.

Voltando ao Orçamento para 2013. Segundo escreve o Expresso, pela pena da muito competente jornalista Luísa Meireles: "o Presidente da República irá promulgar o Orçamento e remete-o depois para o Tribunal Constitucional". Se assim for, o Orçamento de Estado entra em vigor no início do próximo ano - para não paralisar o Governo - e as dúvidas quanto à constitucionalidade serão esclarecidas mais tarde, quando o Orçamento for enviado ao Tribunal Constitucional.

Por mim, não creio que seja uma boa solução. Trata-se de dar ao Governo um balão de oxigénio por mais algum tempo, durante o qual fará grandes estragos no País e no Estado, que serão irreparáveis: as vendas por qualquer preço da TAP, da Televisão, da ANA, etc. e tudo o mais que o ministro Relvas invente, para nos arruinar como Nação. Por isso anda de novo tão sorridente e seguro de si, apesar de dizerem que é um falso doutor... De quê? Ninguém sabe ao certo mas que manda, manda, graças ao apoio permanente do Primeiro-Ministro...

2. Justiça e Corrupção

A sondagem que no passado sábado o Expresso publicou, volta a apresentar o Ministério Público (com -13,6%), o Governo (-21,6%) e os Juízes (-27,6%) como as instituições mais impopulares do nosso País. É compreensível que assim seja porque efectivamente - e não é só de agora - a Justiça, realmente, não funciona ou funciona muito mal.

Basta verificar que permite fugas de informação, regularmente, que são depois exploradas pela Comunicação Social; deixa impunes os especuladores financeiros - ou certos políticos bem conhecidos - e não consegue julgar ou condenar os responsáveis pelos buracos financeiros, que todo o País conhece e comenta.

A Justiça portuguesa, não obstante os casos exemplares de tantos juizes e procuradores, bem conhecidos, está a ficar desacreditada nacional e internacionalmente, mesmo mais do que os políticos, apesar destes últimos terem vindo a ser objecto de campanhas organizadas e sistemáticas para os desacreditar.

Como resolver esta situação que é tão nociva para a nossa Democracia? É actuar, no tempo devido, sem deixar arrastar certos processos por longos meses e até anos. Não exagero: há muitos casos, que são bem conhecidos e comentados pela população.

Os funcionários judiciais queixam-se de falta de meios. Mas há meios para tantas coisas, sem importância, e faltam para a Justiça, tão importante para o regular funcionamento das nossas instituições? A ministra da Justiça diz que está a fazer um grande esforço para melhorar a situação. Oxalá o consiga. E que em vez de fazer novas leis - temos leis a mais, dizem os juristas mais reputados - ponha na ordem os juizes e procuradores que gostam de se exhibir na televisão e não percebem que a grande qualidade dos magistrados é serem discretos.

Os actos de corrupção sucedem-se, todos o sabemos. É preciso que a Justiça actue e não continue a deixá-los impunes. Em época de crise - como a actual - a impunidade estimula a criminalidade e arrasta a violência. É extremamente perigoso.

3. A crise e o Banco Central Europeu

Na semana passada realizaram-se duas Cimeiras Europeias: uma dos ministros das Finanças e outra dos Primeiros-Ministros. O objectivo de ambas as reuniões era dar um passo em frente para criar a União Económica e Monetária, dando para tanto mais poderes ao Banco Central Europeu, presidido por Mário Draghi.

Mário Draghi ganhou, indiscutivelmente, algum poder nos últimos meses, porque sempre defendeu o euro, como aliás lhe compete, e procurou evitar que os Estados vítimas dos mercados usurários viessem a ser obrigados a sair da zona euro e da própria União Europeia. A Chanceler alemã que, finalmente, não deixou cair a Grécia, como prometera, travou várias vezes Draghi nos seus propósitos.

Na reunião dos ministros das Finanças deu-se um passo para uma União Bancária e o próprio ministro das Finanças alemão, Wolfgang Schäuble, ultra-conservador, esteve de acordo com essa medida. O que constituiu uma vitória para Draghi, mas que ficou longe ainda do que ele sempre propôs.

O Reino Unido, por seu lado, como era de esperar, recusou que o Banco Central Europeu interviesse nos bancos instalados no seu território. Não se entende como um projecto europeu solidário entre os seus Estados-membros, como os Pais Fundadores o sonharam.

A crise financeira e económica que nos chegou da América do Norte tem vindo a destruir não só os Estados Sociais como o projecto europeu. Mas a própria Alemanha já percebeu que sem uma Europa dinâmica e solidária, a Alemanha deixará de ter peso político e de ser importante. É inevitável. O seu rival do SPD, Steinbrück, que aliás foi ministro das Finanças do primeiro Governo de Merkel, preconiza que é preciso menos austeridade, para evitar a recessão, assustadora para a Alemanha e o desemprego que começa a manifestar-se.

Esse é o ponto fundamental para vencer a crise e dominar os mercados, evitando a queda da Europa no abismo. Tenhamos, pois, confiança.

4. Um livro importante

Foi lançado no sábado, pela Editora Tinta da China, na FNAC, um livro cuja leitura aconselho aos meus eventuais leitores. Intitula-se "A ironia do projecto europeu", da autoria do historiador,

cronista e deputado do Parlamento Europeu, Rui Tavares. Não é um livro de fácil leitura. É verdade. Um livro denso, com uma enorme bibliografia, que parte do início do século XX e termina nos nossos dias. Mas, voluntariamente, não se ocupa de Portugal. Será o próximo volume, segundo o autor nos disse.

Descreve a União Europeia, desde a CEE ao nosso emaranhado tempo, nas suas contradições e dificuldades, dando uma relevância particular à crise que nos afecta, tão gravemente, e como a vencer. É um estudo sobre o passado, voltado para as soluções do futuro.

É muito útil lê-lo e meditá-lo.

Lisboa, 18 de Dezembro de 2012